

MINUTA DE EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO – Lei Federal nº 14.133/2021

**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE GESTÃO DE IMOBILIÁRIO
PÚBLICO COM SUSTENTAÇÃO DE SOFTWARE AS A SERVICE (SaaS)**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 001/2025

PROCESSO: 002/2025

TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO: Registro de preços sob demanda para avaliação de imóveis e levantamentos topográficos planialtimétricos georreferenciados, com disponibilização, na modalidade SaaS, de software próprio para apoio à gestão patrimonial imobiliária, e cartorial, bem como a estruturação do inventário técnico dos bens imóveis pertencentes aos entes consorciados. Inclui suporte técnico para a instalação e operacionalização da licença pelo período máximo de 10 (dez) anos e atualização para a versão mais recente do software durante o período de vigência do contrato, para atender às necessidades dos entes consorciados, conforme especificações constantes do Termo de Referência.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: (<https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>)

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 14/05/2025, às 10:00.

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: Empate ficto nas situações em que as MEs e EPPs apresentem propostas iguais ou até 5% superiores ao melhor preço proposto em pregão, privilegiando-se a ME-EPP (LCP 123/06).

MODO DE DISPUTA: ABERTO E FECHADO.

FASE DE HABILITAÇÃO: APÓS AS FASES DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS, LANCES E JULGAMENTO.

ÍNDICE

I EDITAL

Preâmbulo – Indicação da Unidade

- 1 Embasamento Legal;
- 2 Objeto;
- 3 Condições de participação;
- 4 Acesso às informações;
- 5 Impugnação do Edital;
- 6 Apresentação de Propostas de Preços;
- 7 Abertura da Sessão e Classificação Inicial da Proposta de Preços;
- 8 Etapa de Lances;
- 9 Modo de disputa aberto e fechado;
- 10 Julgamento;
- 11 Habilitação;
- 12 Prova de conceito
- 13 Da negociação, Adjudicação e Homologação;
- 14 Fase recursal;
- 15 Registro de Preços;
- 16 Preço, repactuação e Dotação;
- 17 Condições do ajuste e garantia para contratar;
- 18 Prazo para início da prestação dos serviços e condições;
- 19 Condições de recebimento e pagamento;
- 20 Penalidades;
- 21 Do dever de ressarcimento ao elaborador de estudos da presente contratação;
- 22 Disposições Finais.

II ANEXOS

ANEXO I: Minuta do Contrato

ANEXO II: Termo de Referência

ANEXO III: Modelo de Proposta de Preços

ANEXO IV: Das declarações

ANEXO V: Modelo de inexistência de débitos na fazenda municipal

ANEXO VI: Critérios para Análise Econômico-Financeira

ANEXO VII: Termo de compromisso de constituição de consórcio

PREÂMBULO

O Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios do Vale do Itapecerica, inscrito no CNPJ n. 54.771.168/0001-20 situada na RUA IRMÃ MARTA MORATO, 241, BOM PASTOR, CEP 35500-140, DIVINÓPOLIS - MG, torna público, para conhecimento de quantos possam se interessar, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, objetivando o registro de preços sob demanda para avaliação de imóveis e levantamentos topográficos planialtimétricos georreferenciados, com disponibilização, na modalidade SaaS, de software próprio para apoio à gestão patrimonial imobiliária, visando e cartorial, bem como a estruturação do inventário técnico dos bens imóveis pertencentes.

A participação no presente pregão dar-se-á por meio de sistema eletrônico, pelo acesso ao site (<https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>) - Portal de Compras Públicas, nas condições descritas neste Edital, devendo ser observado o início da sessão às 10:00 h. do dia 14/05/2025.

Este Edital, seus anexos, o resultado do Pregão e os demais atos pertinentes também constarão do site <https://www.cimmvi.org/>.

1. EMBASAMENTO LEGAL

O procedimento licitatório e os atos dele decorrentes observarão as disposições da Lei Federal nº 14.133/21, e da Lei Complementar nº 123/2006, e das demais normas complementares aplicáveis.

2. OBJETO

2.1. O presente pregão tem por objeto o registro de preços sob demanda para avaliação de imóveis e levantamentos topográficos planialtimétricos georreferenciados, com disponibilização, na modalidade SaaS, de software próprio para apoio à gestão patrimonial imobiliária, e cartorial, bem como a estruturação do inventário técnico dos bens imóveis pertencentes aos municípios consorciados de Igaratinga, Conceição do Pará, Pedra do Indaiá, Perdígão, São Gonçalo do Pará, Lagoa da Prata e Divinópolis. Inclui suporte técnico para a instalação e operacionalização

da licença pelo período máximo de 10 (dez) anos e atualização para a versão mais recente do software durante o período de vigência do contrato.

- 2.2. Deverão ser observadas as especificações e condições de fornecimento constantes do Termo de Referência – Anexo I, parte integrante deste edital.

3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. **Poderão participar da licitação as empresas que:**

- a) atenderem a todas as exigências deste edital e de seus anexos, **preferencialmente credenciadas, com cadastro ativo, no Portal de Compras Públicas.**
- b) tenham objeto social pertinente e compatível ao licitado;
- c) **não** estejam sob processo de falência;
- c.1 É admitida participação de empresas em recuperação judicial, desde que apresentada certidão emitida pela instância judicial competente demonstrando estar a empresa apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório;
- d) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- f) **não** se enquadrem nas seguintes **vedações** de participação (art. 14 da Lei 14.133/2021):
- f1) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, estendendo-se a vedação ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que comprovado o ilícito ou utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

f2) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

f3) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

f4) Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

f.4.1) As vedações estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional capacitado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

f5) Não poderão participar da licitação OSCIP's atuando nessa condição;

g) Será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas em consórcio constituído conforme as regras seguintes:

g1) A empresa líder será a responsável pela realização dos atos que cumpram ao consórcio, assim como por representar o consórcio junto ao órgão licitante;

g2) As empresas consorciadas não poderão participar da licitação isoladamente ou através de outro consórcio;

g3) Não será admitida a participação de empresas pertencentes a um mesmo grupo econômico em consórcios distintos;

g4) Na execução de contrato celebrado com *consórcio*, tendo a empresa líder solicitado rescisão contratual, a Administração pode manter o contrato modificado pelo ingresso de outra interessada em continuar a obra, sem necessidade de anuência expressa da empresa dissidente (Acórdão 2130/2016-Plenário - TCU).

- 3.2.** Como requisito para a participação no pregão, a licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que está ciente e concorda com as condições do edital e anexos.
- 3.3.** A participação neste Pregão implica o reconhecimento pela Licitante de que conhece, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do presente edital, bem como às disposições contidas na legislação indicada na cláusula “1” deste Edital, que disciplinam a presente licitação e integrarão o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente.

4. ACESSO ÀS INFORMAÇÕES

- 4.1.** Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ou informações relativos a esta licitação, que serão prestados mediante solicitação dirigida ao pregoeiro, até 03 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame, por meio do endereço eletrônico consorcioimmvi@gmail.com.
- 4.2.** Os esclarecimentos e as informações serão prestados no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

5. IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

- 5.1.1.** Qualquer pessoa, física ou jurídica poderá formular impugnações contra o ato convocatório, até 3 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame, mediante petição apresentada

via e-mail, consorcioimmvi@gmail.com, em seu corpo ou documento anexo.

5.1.2. No ato da apresentação da impugnação é obrigatório anexar ao e-mail a cópia digitalizada dos seguintes documentos:

a) do documento de identidade e do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), se o impugnante for pessoa física;

b) do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), em se tratando de pessoa jurídica, acompanhado do respectivo ato constitutivo ou de procuração, que comprove que o signatário/remetente da impugnação efetivamente representa a impugnante.

5.2. Caberá ao pregoeiro se manifestar, motivadamente, a respeito da(s) impugnação(ões), proferindo sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

5.3. Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização do certame.

5.4. A decisão sobre a impugnação será publicada no sítio eletrônico oficial.

5.5. Os pedidos de impugnações, bem como as respectivas respostas serão divulgados no sistema eletrônico para visualização dos interessados.

5.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

5.7. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

6. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, a proposta com a descrição do objeto e o preço com o VALOR DO PREÇO QUINQUENAL (60 meses de vigência contratual), com duas casas decimais, até a data e o horário estabelecidos para a abertura da

sessão pública, devendo, no cadastramento da proposta, proceder às declarações pertinentes, em campo próprio do sistema.

- 6.1.1.** Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.
- 6.1.2.** A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiros sua proposta, lances e declarações.
- 6.1.3.** A apresentação da proposta de preços implicará em plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.
- 6.1.4.** A proposta deve conter oferta firme e precisa, sem alternativa de produtos, preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.
- 6.1.5.** Os preços cotados deverão ser cotados em moeda corrente nacional, em algarismos e devem ser adequados aos praticados no mercado na data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária e devem incluir todos os custos diretos, indiretos e despesas, necessários ao fornecimento do objeto, inclusive frete. O preço ofertado será irrevogável e constituirá a única e completa remuneração pelo cumprimento do objeto deste certame, não sendo aceitos pleitos de acréscimos nos preços, a qualquer título.
- 6.1.6.** Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimo, a qualquer título.
- 6.1.7.** A licitante declarada vencedora do certame deverá enviar a proposta de preços de acordo com o formulário que segue como Anexo III deste Edital, com todas as informações e declarações ali constantes, devendo ser redigida em língua portuguesa, com clareza, perfeitamente legível, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas, ser datada, rubricada em todas as folhas e assinada por seu representante legal ou procurador, devidamente identificado com números de CPF e RG, e respectivo cargo na licitante.

- 6.1.8.** A proposta deverá ter validade de 90 (noventa) dias corridos, contados a partir da data de sua apresentação.

7. ABERTURA DA SESSÃO E CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

- 7.1.** Na data e horário indicados no preâmbulo deste Edital terá início automático a sessão pública do pregão eletrônico.
- 7.2.** A análise da conformidade das propostas visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos e será feita exclusivamente na fase de julgamento em relação à proposta mais bem classificada.
- 7.3.** Serão desclassificadas as propostas:
- a)** cujo objeto não atenda às especificações, prazos e condições fixados neste edital e seus anexos;
 - b)** que por ação da licitante ofertante, nos momentos do procedimento em que o sigilo seja essencial, que permitam a sua identificação;
- 7.4.** A desclassificação se dará por decisão motivada e registrada no sistema.
- 7.5.** Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas dos demais licitantes, de modo a evidenciar conluio entre licitantes, tal como formação de cartel.
- 7.6.** Somente as licitantes cujas propostas sejam classificadas e ordenadas automaticamente pelo sistema participarão da fase de lances.

8. ETAPA DE LANCES

- 8.1** Iniciada a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento, registro e valor.
- 8.2** As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras para sua aceitação.

- 8.3** A Licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de 2 minutos em relação aos lances intermediários e em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.
- 8.4** A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 segundos após o registro do sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 8.5** As licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 8.6** Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 8.7** Caso a desconexão do sistema eletrônico persistir por tempo superior a dez minutos para o órgão ou a entidade promotora da licitação, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 8.8** No caso de haver a participação de microempresas e empresas de pequeno porte no certame licitatório, os procedimentos obedecerão aos subitens a seguir:
- 8.8.1** Em caso positivo, a microempresa ou empresa de pequeno porte convocada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela, à primeira classificada no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão.
- 8.8.2** Caso a microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) convocada não exerça o benefício de ofertar preço inferior à primeira classificada ou não o faça no tempo aprazado, o sistema automaticamente convocará as ME/EPP remanescentes que, porventura, se enquadrem na hipótese do empate ficto, na ordem classificatória, para exercício do mesmo direito, sucessivamente, se for o caso.

- 8.8.3** Se houver equivalência entre os valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos apontados nos itens anteriores, será realizado sorteio para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 8.9** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 8.10** Em caso de eventual empate entre propostas ou lances, serão adotados os critérios previstos no art. 60 da Lei 14.133/21, de acordo com a ordem legalmente estabelecida.
- 8.11** Após a etapa de lances, se a melhor proposta estiver em desconformidade com o preço máximo estipulado para a contratação, o pregoeiro poderá negociar melhores condições.
- 8.12** Quando o primeiro colocado, em que pese a negociação realizada, mantiver sua proposta acima do preço máximo definido, a negociação poderá ser realizada com os demais licitantes.
- 8.13** A negociação será realizada por meio do sistema, com acompanhamento dos demais licitantes e divulgação do resultado, bem como anexação aos autos do processo.
- 8.14** O licitante mais bem classificado deverá, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável a partir de solicitação fundamentada, enviar a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada.
- 8.15** Encerrada a negociação, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. MODO DE DISPUTA ABERTO E FECHADO

- 9.1** Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final fechado.
- 9.2** No modo de disputa aberto e fechado a etapa de envio de lances terá duração de quinze minutos.

- 9.3** Decorrido o prazo inicial, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.
- 9.4** Em sequência, será aberta oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo, bem como os das ofertas com valores de até 10% (dez por cento) superiores possam apresentar lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, podendo os licitantes, nestas condições, optarem por manter o último lance da etapa aberta ou ofertar melhor lance. O lance final será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 9.4.1** Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o item anterior, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.
- 9.5** Expirados os prazos, o sistema ordenará e divulgará os lances.

10. JULGAMENTO

- 10.1** Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério do menor preço global anual, observados os requisitos, as especificações técnicas e os parâmetros definidos neste Edital e em seus anexos quanto ao objeto.
- 10.2** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado, à compatibilidade do preço ou maior desconto final em relação ao preço estimado para a contratação.
- 10.3** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum benefício direcionado às ME/EPP's, o pregoeiro diligenciará para verificar o enquadramento.
- 10.4** Será desclassificada a proposta vencedora que não atender aos requisitos do item 7.3.

- 10.5** Erros no preenchimento da proposta não constituem motivo para desclassificação da proposta, desde que se limitem a erros ou falhas que não alteram a substância da proposta.
- 10.6** Após a negociação, o Pregoeiro fará o exame da aceitabilidade da oferta da primeira classificada, devendo esta encaminhar, em prazo estabelecido pelo pregoeiro(a), através do sistema eletrônico, sob pena de desclassificação, a proposta de preço, conforme Anexo III, com o valor do preço final alcançado, bem como a planilha de composição de custos.
- 10.7** O Pregoeiro deverá verificar, como critério de aceitabilidade, a compatibilidade do menor preço, inclusive quanto aos preços unitários, alcançado com os parâmetros de preços de mercado, definidos pela Administração, coerentes com a execução do objeto licitado, aferido mediante a pesquisa de preços que instrui o processo administrativo pertinente a esta licitação.
- 10.8** Em caso de incompatibilidade de algum valor unitário com os parâmetros da Administração, estes poderão ser negociados com o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, sem possibilidade de majoração do preço final alcançado na fase de lances.
- 10.9** Se o preço alcançado ensejar dúvidas quanto a sua exequibilidade, poderá o Pregoeiro determinar à licitante que demonstre a sua viabilidade, sob pena de desclassificação, por meio de documentação complementar que comprove a capacidade da licitante em fornecer o objeto licitado pelo preço ofertado e nas condições propostas no Edital.
- 10.10** Se a oferta não for aceitável ou se a licitante não atender à exigência estabelecida na cláusula supra, o pregoeiro, desclassificará, motivadamente, a proposta e examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a todas as exigências, devendo, também, negociar diretamente com a proponente, para que seja obtido preço melhor.
- 10.11** Considerada aceitável a oferta de menor preço, passará o Pregoeiro ao julgamento da habilitação.

11. HABILITAÇÃO

- 11.1** Divulgado o julgamento das propostas de preços na forma prescrita neste Edital, passar-se-á à fase de habilitação.
- 11.2** A habilitação da licitante vencedora poderá ser substituída por meio de registro regular no **SICAF**.
- 11.2.1** Caso os dados e informações constantes do **SICAF** não atendam aos requisitos exigidos deste Edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de alcançar os documentos por meio eletrônico, juntando-os ao processo administrativo pertinente à licitação.
- 11.2.2.** O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio alcançarão os documentos exigidos no subitem 11.5 deste Edital, por meio eletrônico sempre que cabível, devendo o licitante encaminhar pelo sistema os demais documentos não emitidos via Internet.
- 11.2.3** Na impossibilidade de obtenção/emissão de documentos por meio eletrônico, o Pregoeiro solicitará sua apresentação pela licitante, juntamente com os demais documentos.
- 11.3** A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos hábeis de informações no momento da verificação de documentação ou dos meios para a transmissão de documentos a que se referem às cláusulas anteriores, ressalvada a indisponibilidade de seus próprios meios. Na hipótese de ocorrerem essas indisponibilidades, a licitante deverá encaminhar os documentos solicitados por outros meios, dentro do prazo estabelecido, sob pena de inabilitação, mediante decisão motivada.
- 11.4** Por meio de aviso lançado no sistema, via “chat”, o Pregoeiro informará às demais licitantes a empresa habilitada por atendimento às condições estabelecidas neste Edital.
- 11.5** A habilitação se dará mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, relativos a:

11.5.1 Habilitação jurídica:

- a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária ou cooperativa, devendo o estatuto, no caso das cooperativas, estar adequado, na forma prevista nos artigos 27 e 28 da Lei Federal n. 12.690/2012;
- c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias ou cooperativas;
- d) Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- f) Em caso de empresas reunidas em consórcio, no compromisso de constituição do consórcio, conforme regras estabelecidas no edital.

11.5.2 Regularidade fiscal e trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado.
- c) Certidão de regularidade de débitos relativos a tributos federais e à dívida ativa da União, inclusive as contribuições sociais.
- d) A regularidade perante a Fazenda estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.
- d.1) No caso da licitante ter domicílio ou sede no Estado de Minas Gerais, a prova de regularidade para com a Fazenda Estadual se dará através da certidão de débitos tributários da Dívida Ativa do Estado de Minas Gerais.

- e) Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS).
- f) Certidão de Regularidade em relação à Fazenda Pública Municipal.
- g) Certidão de regularidade perante a Justiça do Trabalho.

11.5.2.1 Serão aceitas como prova de regularidade, certidões positivas com efeito de negativa.

11.5.3 Qualificação econômico-financeira:

- a) Certidão negativa de pedido de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica em data não superior a 60 dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento.
 - a.1) Se a licitante não for sujeita ao regime falimentar, a certidão mencionada deverá ser substituída por certidão negativa de ações de insolvência civil, ou documento equivalente.
- b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balanço ou balancetes provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de três meses da data da apresentação da proposta, observado também o Art. 69, § 6º da Lei de Licitações;
 - b.1) Somente empresas que ainda não tenham completado seu primeiro exercício fiscal poderão comprovar sua capacidade econômico-financeira por meio de balancetes mensais, conforme disposto na Lei Federal nº 8.541/1992;
 - b.2) Serão considerados como na forma da Lei, o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis assim apresentados:
 - b.2.1) Na sociedade empresária regida pela Lei nº. 6.404/76, 11.638/07, 11.941/09, mediante documento publicado em Diário Oficial ou em jornal de grande circulação;
 - b.2.2) As empresas desobrigadas a adotar a ECD – Escrituração Contábil Digital e que não tenham optado por esse meio, deverão apresentar o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis, extraídos do Livro Diário,

contendo Termo de Abertura e de Encerramento, através de Cópia Autenticada, Registrado na Junta Comercial ou no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Cartório de Registro de Títulos e Documentos para Sociedades Simples;

- b.2.3)** Para as empresas obrigadas a adotar, ou que optaram por utilizar, a Escrituração Contábil Digital (ECD) deverão apresentar a impressão do arquivo gerado pelo SPED Contábil constando o Termo de Abertura e Encerramento com o termo de autenticação eletrônica gerada pelo sistema, recibo de entrega do Livro Digital e a Demonstração de Resultado do Exercício.
- b.3)** A empresa que não tiver alcançado os índices exigidos no ANEXO VI será considerada inabilitada.
- c)** Patrimônio líquido ou capital social correspondente a 0,5% do valor total estimado da Ata de Registro de Preços para licitantes individuais, ou 0,54% para empresas reunidas em consórcio.

11.5.4 Qualificação técnica:

- a)** Atestado de Capacidade Técnica (declaração ou certidão), fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando que a empresa licitante já prestou ou está prestando serviços compatíveis e pertinentes ao objeto desta licitação:

1. SISTEMA DE INFORMAÇÃO:

Pelo menos 01 atestado de capacidade técnica, emitida por pessoas jurídicas de direito público ou privado comprovando que a empresa já forneceu, de forma satisfatória

- Pelo menos 01 (um) atestado de capacidade técnica, comprovando que a empresa já forneceu, de forma satisfatória, o sistema de gestão do patrimonial imobiliário contemplando todo o ciclo de vida do imóvel, compatível com o Termo de Referência.

2. LAUDO DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS:

Pelo menos 01 atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, por ter realizado os serviços em termos semelhantes aos expressos no Edital e seus anexos, com as seguintes características:

- Edificações públicas ou comerciais com área acima de 1.500 m² (lojas, salas, conjuntos comerciais, pavimento comercial, prédios e similares);
- Avaliou imóvel com terreno superior a 10.000 m²;
- Executou laudo de avaliação com grau de fundamentação III.

As especificações acima poderão ser comprovadas em um ou mais atestados, desde que, unidos, atendam a todos os requisitos. Para comprovação dos tipos e tamanhos serão aceitos, juntamente com os Atestados de Capacidade: os laudos correspondentes aos atestados e/ou ART's, desde que contenham com as informações necessárias a comprovar a experiência.

3. PLANIALTIMETRIA

Ao menos 01 atestado técnico-operacional emitido em nome da licitante, podendo ser solicitadas as certidões de acervo técnico (CAT) ou anotações/registros de responsabilidade técnica (ART/RRT) emitidas pelo conselho de fiscalização profissional competente em nome dos profissionais vinculados aos referidos atestados, como forma de conferir autenticidade e veracidade das informações constantes nos atestados emitidos em nome das licitantes.

- a.1)** O(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) ser apresentado(s) em papel timbrado, original ou cópia reprográfica autenticada, assinado(s) por autoridade ou representante de quem o(s) expediu, com a devida identificação, não lhe sendo exigido prazo de validade.

11.5.5 Outros Documentos:

- a)** Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, sob as penas da Lei, conforme o disposto no artigo. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal e inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21

- b) Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de sua habilitação inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa;
- c) Declaração de que a licitante não possui sanções vigentes previstas no inciso III do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/21, no âmbito da Administração Pública Direta e indireta e no inciso IV do mesmo artigo, no âmbito de quaisquer entes federativos;
- d) Em se tratando de ME e EPP, declaração de observância e atendimento aos parágrafos §1º, §2º, §3º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/21;
- e) Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na CF/88, leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação;
- f) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social;
- g) Para fins de habilitação, o licitante deverá apresentar uma declaração assinada por seu representante legal, por meio de assinatura digital, atestando que está ciente da obrigação de ressarcir a empresa autora dos estudos do PMI e que possui capacidade financeira, devidamente comprovada por meio de balanço patrimonial e demonstrações financeiras auditadas, para arcar com esse compromisso, conforme as normas contábeis vigentes.

11.5.5.1 As declarações supra deverão ser elaboradas em papel timbrado e subscritas pelo representante legal da licitante, sendo recomendada a utilização do modelo constante no ANEXO IV do presente Edital, facultando-se a elaboração de declarações individualizadas.

11.6 A licitante para fins de habilitação deverá observar as disposições Gerais que seguem:

- 11.6.1** Todos os documentos devem estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar de cláusula específica deste edital, do próprio documento ou de lei específica, será considerado o prazo de validade de 06 (seis) meses, a contar da data de sua expedição, salvo os atestados/certidões de qualificação técnica, para os quais não se exige validade.
- 11.6.2** Todos os documentos expedidos pela empresa deverão estar subscritos por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor.
- 11.6.3** Os documentos emitidos via Internet serão conferidos pelo Pregoeiro ou sua equipe de apoio.
- 11.6.4** Se a licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 11.6.4.1** Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda documentação de habilitação de ambos os estabelecimentos.
- 11.6.4.2** Atestados de capacidade técnica ou de responsabilidade técnica podem ser apresentados em nome e com o número do CNPJ da matriz ou da filial da empresa licitante.
- 11.6.5** Todo e qualquer documento apresentado em língua estrangeira deverá estar acompanhado da respectiva tradução para o idioma pátrio, permitida a tradução livre antes da assinatura do contrato. Para a assinatura do contrato será necessária a apresentação de tradução juramentada nos termos do Decreto 10.024/2019.
- 11.6.6** Não serão aceitos documentos cujas datas e caracteres estejam ilegíveis ou rasurados de tal forma que não possam ser entendidos.
- 11.6.7** Os documentos exigidos para habilitação não poderão, em hipótese alguma, ser substituídos por protocolos, que apenas configurem o seu requerimento, não podendo, ainda, ser remetidos posteriormente ao prazo fixado.
- 11.6.7.1** Caso, pela natureza do documento, e pela complexidade de sua obtenção, a expedição do documento não ocorra em tempo hábil à apreciação da

Administração, poderá o licitante solicitar prazo ao pregoeiro, justificando e motivando o requerimento com os argumentos de fato e de direito, que evidenciem que não era possível obter o documento em momento e prazo anterior ou em tempo hábil, desde que isso não acarrete em prejuízo aos demais participantes.

11.6.7.1.1 Caso o direito descrito no item 11.6.7.1 seja autorizado a um licitante, automaticamente todos os demais interessados poderão gozar de mesmo direito.

11.6.7.1.2 O licitante que interpor recurso contra a decisão do pregoeiro que autorizar novo prazo não poderá reivindicar do mesmo direito, em vedação ao comportamento contraditório.

11.7 Os documentos serão analisados pelo Pregoeiro e sua Equipe de Apoio quanto a sua conformidade com os solicitados e serão anexados ao processo administrativo pertinente a esta licitação.

11.8 Empresas internacionais deverão apresentar, no momento de assinatura do contrato, a autorização para funcionamento no país.

11.9 Estando a documentação de habilitação da licitante vencedora em desacordo com as exigências do Edital, ela será inabilitada.

11.9.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal de microempresa ou empresa de pequeno porte assim qualificada a sessão será suspensão, concedendo-se o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para regularização, de forma a possibilitar, após tal prazo, sua retomada.

11.9.2 Sendo inabilitada a proponente cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance e proponente que atendam o Edital.

11.9.3 Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos em momento posterior ao julgamento das propostas e apenas do licitante mais bem classificado, salvo na hipótese de inversão de fases; caso em que os

licitantes deverão encaminhar a proposta e, simultaneamente, os documentos de habilitação, por meio do sistema.

11.9.4 Após a entrega dos documentos de habilitação, não será admitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência para complementação de informações em relação aos documentos já apresentados e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

11.9.5 Estando a documentação de habilitação da licitante completa, correta, com observância de todos os dispositivos deste Edital e seus Anexos o Pregoeiro considerará a proponente habilitada e vencedora do certame.

12. DA PROVA DE CONCEITO

12.1 Havendo o aceite da proposta quanto ao valor e a regularidade da documentação de habilitação, o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá passar por uma avaliação prática (prova de conceito), no prazo de 03 (três) dias úteis contados a partir do primeiro dia útil subsequente à convocação realizada pelo pregoeiro, sem hipótese de prorrogação, sob pena de desclassificação, em local, dia e horário de início da apresentação definidos na convocação.

12.2 O Consórcio CIMMVI disponibilizará o ambiente físico adequado (sala, mesa, cadeiras, pontos de energia, etc.)

12.3 A prova de conceito será acompanhada, examinada e avaliada pelo:

12.3.1 Responsável pela fase externa;

12.3.2 Facultativamente, por um representante do Parque Tecnológico de Cidades Inteligentes - PTCL.

12.4 A prova de conceito consistirá, tão somente, na averiguação das funcionalidades da plataforma, em consonância com as disposições do Termo de Referência.

12.4.1 A POC será realizada em 03 (três) dias úteis contados do encerramento da sessão que declarou o vencedor provisório do certame.

12.5 O horário de encerramento dependerá do andamento dos trabalhos e ficará a critério dos avaliadores, uma vez que o licitante tenha exaurido a apresentação de todas as funcionalidades do software que queira demonstrar, conforme disposição do Termo de Referência.

12.6 Na avaliação poderão estar presentes outros servidores, concorrentes, licitantes ou cidadãos, sem direito a se pronunciar ou realizar questionamentos, salvo solicitação do examinador, fazendo constar expressamente em Ata de Reunião.

12.7 Toda a sessão de avaliação será registrada por meio de Ata de Reunião, que comporá o Relatório Técnico da Prova de Conceito.

12.8 A equipe poderá solicitar a repetição da funcionalidade quantas vezes forem necessárias para a formulação da avaliação técnica do requisito.

12.9 As provas de conceito serão realizadas de forma presencial na sede do CIMMVI, localizado à RUA IRMÃ MARTA MORATO, 241, BOM PASTOR, CEP 35500-140 - DIVINÓPOLIS - MG, em horário definido com antecedência pela Comissão Técnica de Avaliação.

12.10 Na impossibilidade da realização da prova de conceito de forma presencial, a licitante poderá solicitar a realização de forma virtual/remota, desde que justifique o motivo da impossibilidade.

13. DA NEGOCIAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida a melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

13.2 Todo o procedimento relativo à licitação ocorrerá por meio do sistema eletrônico, podendo ser utilizados outros meios de comunicação direta com a empresa vencedora para fins de negociação, como e-mail e/ou telefone, reduzindo a termo, ao final, a eventual negociação realizada.

13.3 O licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá encaminhar, após a fase de negociação, em campo próprio do sistema, a proposta comercial adequada ao valor negociado, no prazo de 02 (duas) horas ou dentro do prazo previamente informado pelo Pregoeiro devidamente preenchida na forma do Anexo III.

13.3.1 Se for o caso, os documentos complementares deverão ser enviados no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contada da solicitação do Pregoeiro.

13.3.2 Os prazos mencionados neste item poderão ser prorrogados a critério do Pregoeiro.

13.3.3 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta, examinando a melhor classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado

13.4 Encerradas as fases de julgamento e habilitação, aprovação em prova de conceito, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

14. FASE RECURSAL

14.1 Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

14.2 As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação.

14.3 Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

14.4 Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.5 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

14.6 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão, a qual poderá reconsiderar a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

14.7 O recurso e pedido de reconsideração terão efeito suspensivo até a decisão final pela autoridade competente.

14.8 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento e determinará a convocação dos beneficiários para a assinatura da Ata de Registro de Preços.

15. REGISTRO DE PREÇOS

15.1 A ata de Registro de Preços será formalizada, com observância dos artigos 82 a 86 da Lei 14.133/21, e será subscrita pela autoridade competente.

15.2 Será registrado o menor preço por item, repisando, todavia, que se trata de contratação realizada em lote único.

15.3 A licitante que convocada para assinar a ata deixar de fazê-lo no prazo fixado, dela será excluída, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

15.4 Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

15.5 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo e a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

a) A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital.

b) O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

c) A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento dos serviços, inclusive na locação de software, nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

d) Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

15.6 O preço proposto deverá ser expresso em moeda corrente nacional (Real), com até duas casas decimais (R\$ 0,00), garantindo a precisão necessária para análise e julgamento das propostas.

15.7 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições

15.8 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

16. PREÇO, REPACTUAÇÃO E DOTAÇÃO

16.1 O preço que vigorará no ajuste será o ofertado pela licitante a quem for o mesmo adjudicado.

16.2 Este preço inclui todos os custos diretos e indiretos, impostos, taxas, benefícios, encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre o objeto, incluindo frete até o local de entrega designado, transporte, etc, e constituirá, a qualquer título, a única e completa remuneração pelo seu adequado e perfeito cumprimento, de modo que nenhuma outra remuneração será devida.

16.3 Os pedidos de repactuação, os quais não poderão compreender custos extraordinários, dependerão de requerimento da contratada instruído minimamente com documento que demonstre analiticamente a alteração dos custos, por meio de planilha de custos e formação de preços e acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, desde que não sejam restritos à categoria da Administração Pública em geral.

16.3.1 A planilha que acompanha o requerimento deverá observar os mesmos requisitos da planilha de custos inicialmente apresentada no momento do procedimento licitatório, sendo vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho .

16.3.2 A primeira repactuação observará o interregno mínimo de um ano, contados a partir da data-limite para apresentação das propostas constante do ato convocatório, em relação aos custos com a execução do serviço decorrentes do mercado, tais como o custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço ou da data do acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalente vigente à época da apresentação da proposta quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-bases destes instrumentos.

16.3.3 A vigência dos novos valores contratuais decorrentes da repactuação retroagirá à data do pedido e não será concedida nova repactuação no prazo inferior a 12 (doze) meses contados do último pedido.

- 16.3.4** As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento.
- 16.3.5.** Será aplicada compensação financeira, quando houver atraso no pagamento dos valores devidos, por culpa exclusiva da Contratante, observada a necessidade de se apurar a responsabilidade do servidor que deu causa ao atraso no pagamento, nos termos legais.
- 16.4** Os recursos necessários para suporte do contrato correrão às custas **das dotações do orçamento vigente dos municípios consorciados** não onerando as despesas do Consórcio.

17. CONDIÇÕES DO AJUSTE

- 17.1.** A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante termo de contrato, a ser firmado entre as partes, conforme minuta do Anexo I deste Edital.
- 17.2.** Para a formalização do ajuste a empresa adjudicatária do objeto da licitação deverá apresentar os documentos já exigíveis por ocasião da habilitação, aqueles necessários à contratação, atualizados, caso solicitados.
- 17.2.1** Os documentos mencionados nesta cláusula deverão ser apresentados em cópias autenticadas ou no original, com prazo de validade em vigor na data da apresentação e serão retidos para oportuna juntada no processo administrativo pertinente à contratação.
- 17.3** O prazo para assinatura do Contrato será de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação da convocação da adjudicatária no Diário Oficial do Município Contratante, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções descritas no item 19 deste edital.
- 17.3.1** O prazo para formalização do ajuste, poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que solicitado por escrito, durante seu transcurso e ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.
- 17.3.2** O Contrato deverá ser assinado por representante legal, diretor ou sócio da empresa, com apresentação, conforme o caso e, respectivamente, de procuração ou contrato social, acompanhados de cédula de identidade.

17.4 É facultado à Administração, quando o convocado não formalizar o ajuste no prazo e condições estabelecidas, inclusive na hipótese de impedimento da contratação, sem embargo da aplicação das penalidades cabíveis, retomar o procedimento, mediante agendamento de nova Sessão Pública, ou revogar a licitação.

17.4.1 Na hipótese de retomada do procedimento, as demais licitantes classificadas serão convocadas para participar da nova sessão pública do pregão, com vistas à celebração da contratação.

17.4.2 Na sessão o Pregoeiro convocará as licitantes classificadas remanescentes, na ordem de classificação, promovendo a averiguação das condições de aceitabilidade de preços e de habilitação, procedendo-se conforme especificações deste edital, até o encontro de uma proposta e licitante que atendam a todas as exigências estabelecidas, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto da licitação.

17.5 O licitante, uma vez contratado:

- a)** Poderá, considerando que a presente licitação visa a contratação de serviços diversos em contrato único (*Facilities Full*), subcontratar os serviços o realizá-los de forma consorciada (Acórdão 10264/2018-Segunda Câmara do TCU), no limite de 25%;
- b)** Deverá arcar fiel e regularmente com todas as obrigações trabalhistas dos empregados que participem da execução do objeto contratual;
- c)** Deverá enviar à Administração e manter atualizado o rol de todos os funcionários e/ou cooperados que participem da execução do objeto contratual.

17.6 Considerando que, no âmbito do presente processo, o licitante, para ser contratado, deverá realizar pagamento de ressarcimento à Organização da Sociedade Civil autorizada no âmbito do PMI 001/2024, considera-se que este instituto, por suas características, supre a necessidade de pagamento de garantia, considerando que:

- a)** O pagamento do ressarcimento à Organização da Sociedade Civil autorizada que modelou o processo assegura que o contratado terá os recursos necessários para cumprir o contrato, evitando atrasos, paralisações ou a não execução dos serviços;

- b) Uma vez feito o pagamento do ressarcimento ao autorizado, o licitante tem por incentivo a prestação de serviços com qualidade, visando a obtenção do seu lucro, uma vez que já se comprometeu com pagamento prévio, contribuindo para a satisfação das necessidades da sociedade e para o cumprimento dos objetivos da Administração Pública.
- c) Evidencia a seriedade da proposta apresentada.

17.6.1 Desse modo, dispensa-se a realização de pagamento de garantia, conforme previsto no artigo 96 da Lei 14.133, observada a necessidade de realizar pagamento de ressarcimento ao autorizado que modelou o processo.

17.7 Sempre que o valor contratual for aumentado ou o contrato tiver sua vigência prorrogada, a contratada será convocada a realizar novo pagamento de ressarcimento à autorizada, nas devidas proporções, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, de forma a que corresponda sempre a mesma porcentagem estabelecida, reforçando a segurança jurídica da contratação.

18. PRAZO PARA INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E CONDIÇÕES

18.1 A Administração estabelecerá data certa para início da execução do serviço, conforme constar na Minuta de Contrato (Anexo I) ou, excepcionalmente, por meio de Ordem de Início dos Serviços.

- 18.1.1** O serviço deverá ser prestado de acordo com o ofertado na proposta, no local e nos limites territoriais do contratante ou onde for exigido expressamente em ordem de serviço, correndo por conta da contratada todas as despesas decorrentes da execução do objeto contratual.
- 18.1.2** O prazo de execução do contrato terá duração de 60 meses, contados da data de início da execução, prorrogável por igual período, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 18.1.3** Caso a Contratada não tenha interesse na prorrogação do ajuste deverá comunicar este fato por escrito à Contratante, com antecedência mínima de

90 (noventa) dias da data de término do prazo contratual, sob pena de incidência de penalidade contratual.

18.1.4 Na ausência de expressa oposição, o ajuste poderá, a critério da Administração Pública, ser prorrogado, mediante despacho da autoridade competente.

18.1.5 A não prorrogação do prazo de vigência contratual, por conveniência da Administração, não gerará à Contratada o direito a qualquer espécie de indenização.

18.2 Os serviços deverão ser iniciados conforme previsto na Ordem de Início, e deverão ser seguidas as orientações da unidade responsável pela fiscalização do ajuste.

19. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E PAGAMENTO

19.1 As cláusulas relativas ao recebimento dos serviços e pagamento são as constantes da minuta de termo de contrato, Anexo I deste Edital.

20. PENALIDADES

20.1 São aplicáveis as sanções e procedimentos previstos no Título IV, Capítulo I da Lei Federal nº 14.133/21.

20.1.1 As penalidades só deixarão de ser aplicadas nas seguintes hipóteses:

- a)** Comprovação, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento da obrigação; e/ou,
- b)** Manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis exclusivamente à Administração.

20.2 Ocorrendo recusa da adjudicatária em retirar/receber a nota de empenho, dentro do prazo estabelecido neste Edital, sem justificativa aceita pela Administração, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, serão aplicadas:

- a) Multa no valor de até 20% (vinte por cento) do valor do ajuste se firmado fosse;
- b) Pena de impedimento de licitar e contratar pelo prazo de até 3 (três) anos com a Administração Pública, a critério da Prefeitura;

20.2.1 Incidirá nas mesmas penas previstas neste subitem a empresa que estiver impedida de firmar o ajuste pela não apresentação dos documentos necessários para tanto.

20.3 A licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, inclusive em razão de comportamento inadequado de seus representantes, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida neste edital, não mantiver a proposta/lance, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, se microempresa ou pequena empresa não regularizar a documentação fiscal no prazo concedido para este fim, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, serão aplicadas as penalidades referidas nas alíneas “a” e “b” do subitem 20.2 ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, a depender da natureza e gravidade da infração cometida e peculiaridades do caso em concreto.

20.4 As penalidades poderão ainda ser aplicadas em outras hipóteses, nos termos da Lei, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, sendo que com relação a multas serão aplicadas como segue:

- 20.4.1** Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do ajuste, por inexecução total do objeto.
- 20.4.2** Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela inexecutada, por inexecução parcial do ajuste.
- 20.4.3** Multa de até 2% (dois por cento) sobre o valor do ajuste, por descumprimento de qualquer das obrigações decorrentes do ajuste, não previstas nas demais disposições desta cláusula.
- 20.4.4** Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, por rescisão do ajuste decorrente de culpa da Contratada.
- 20.4.5** As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras, quando cabíveis.

20.4.5 A aplicação da sanção deverá observar critérios de razoabilidade, e a dosimetria deverá ser compatível com o grau de prejuízo da conduta, tendo aspecto não apenas punitivo, mas também educativo, sendo vedada a aplicação de sanção que seja desarrazoada em perspectiva comparada com o fato gerador, devendo ser expostas as motivações e justificativas para a definição do percentual da sanção.

20.5 Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos dos artigos 166 e 167 da Lei Federal nº 14.133/21, observados os prazos nele fixados, que deverá ser dirigido à Diretora Executiva do Consórcio, e protocolizado nos dias úteis.

20.6 Não serão conhecidos recursos enviados pelo correio, telex, fac-símile, correio eletrônico ou qualquer outro meio de comunicação, se, dentro do prazo previsto em lei, a peça inicial original não tiver sido protocolizada tempestivamente.

20.7 Caso a Contratante releve justificadamente a aplicação da multa ou de qualquer outra penalidade, essa tolerância não poderá ser considerada como modificadora de qualquer condição contratual, permanecendo em pleno vigor todas as condições deste Edital.

20.8 Os procedimentos de aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar serão conduzidos por comissão, nos termos do artigo 158, “caput” e § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

20.9 São aplicáveis à presente licitação e ao ajuste dela decorrente no que cabível for, inclusive, as sanções penais estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/21.

21. DO DEVER DE RESSARCIMENTO AO ELABORADOR DE ESTUDOS DA PRESENTE CONTRATAÇÃO

21.1 O presente processo licitatório é fruto de uma solução pensada e desenvolvida pelo Parque Tecnológico de Cidades Inteligentes (PTCI) pessoa jurídica de direito privado autorizada a desenvolver estudos e projetos para o CIMMVI nos termos do Procedimento de Manifestação de Interesse nº 001/2024, Edital de Chamamento Público, item 11.7.

21.2 O licitante vencedor desta licitação, em estrita observância ao princípio da boa-fé e da segurança jurídica, fica irrevogável e irretratavelmente obrigado a ressarcir a Organização da Sociedade Civil autorizada, detentora dos direitos autorais e de propriedade intelectual dos estudos técnicos e projetos desenvolvidos no âmbito do Procedimento de Manifestação de Interesse nº 001/2024 do CIMMVI, no montante de 5% do valor total das contrapartidas financeiras que receber em decorrência da assinatura da ata de registro de preços e posterior contrato, consoante com o Art. 81 da Lei 14.133/2021, até o teto de R\$ 1.075.235,70 por contrato ou ata firmados, conforme valor autorizado pelo CIMMVI.

21.2.1 Considera-se como propriedade autoral e intelectual da Organização da Sociedade Civil autorizada apenas os estudos desenvolvidos no âmbito da modelagem do processo licitatório. Os direitos autorais do software a ser locado seguirão sendo da empresa licitante eventualmente contratada, em consonância com as disposições da Lei de Software (Lei Federal nº 9.609/1998) e Lei de Direitos Autorais (Lei Federal nº 9.610/1998).

21.2.2 O ressarcimento é devido a título de assinatura de cada contrato individualmente celebrado, e não do valor total da ata de registro de preços.

21.2.2.1 A ata de registro de preços é instrumento autônomo em relação aos contratos, e apesar de gerar expectativa de direito, não confere direito subjetivo à contratação. Desse modo, a cada contrato celebrado, seja de órgão/ente participante, seja de órgão/ente não participante (carona) o valor do ressarcimento, nos termos do caput do presente item, incidirá sobre o valor total do instrumento contratual antes de ser efetivamente celebrado.

21.3 Por ser condição prévia para a assinatura do contrato, a não realização do pagamento ao PTCI, estruturador do processo, é cabível de sanção, consoante o Art. 90, § 5º da Lei 14.133/2021 nos termos deste edital.

21.3.1 A recusa injustificada de realizar o pagamento tempestivo do ressarcimento culminará em multa diária de 0,1% sobre o valor total do ressarcimento, acrescida de juros de mora de 1% ao mês, a partir do primeiro dia de atraso.

21.4 O pagamento do ressarcimento ao Parque Tecnológico de Cidades Inteligentes deverá ser realizado pelo vencedor da licitação no prazo máximo de 02 (dois) dias

contados da data de habilitação do licitante, devendo o comprovante de pagamento do ressarcimento ao PTCI ser demonstrado como condição para a assinatura do contrato.

22. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1 No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

22.2 As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa e o princípio do formalismo moderado, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

22.3 As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o contratante não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.4 As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do certame.

22.4.1 A falsidade de qualquer declaração prestada poderá caracterizar o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, mediante o devido processo legal, e implicará, também, a inabilitação da licitante se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.

22.5 A licitante vencedora deverá comunicar à Administração toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, devendo manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

22.6 O ajuste, suas alterações e rescisão obedecerão à Lei Federal nº 14.133/21, demais normas complementares e disposições deste Edital, aplicáveis à execução dos contratos e especialmente os casos omissos.

22.7 A revogação ou anulação da licitação observará os procedimentos e normas previstas no art. 71 da Lei Federal nº 14.133/21

22.8 O Pregoeiro poderá promover diligências destinada à complementação de informações sobre documentos já apresentados, desde que se tratem de fatos existentes à época da abertura do certame e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas, nos termos do art. 64 da Lei Federal nº 14.133/21.

22.9 Os casos omissos e as dúvidas surgidas serão resolvidos pelo Pregoeiro ouvidos, se for o caso, o assessor jurídico, a Diretora Executiva do CIMMVI, e, em última instância, a Organização da Sociedade Civil autorizada no âmbito do PMI 001/2024 CIMMVI.

22.10 Integrarão o ajuste a ser firmado, para todos os fins, a proposta da Contratada, a Ata da licitação e o Edital da Licitação, com seus anexos, que o precedeu, independentemente de transcrição.

22.11 Nenhuma tolerância das partes quanto à falta de cumprimento de quaisquer das cláusulas do ajuste poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.

22.12 A Contratada poderá subcontratar o objeto do contrato, no limite de 25%.

22.13 Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e municipais disciplinando a matéria.

22.14 Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, observado o art. 183 da Lei Federal 14.133/21.

22.15 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário do Pregoeiro.

22.16 Os atos relativos à licitação efetuados por meio do sistema serão formalizados e registrados em processo administrativo pertinente ao certame.

22.17 O resultado deste Pregão e os demais atos pertinentes a esta licitação, sujeitos à publicação, serão divulgados, quando for exigível por lei, no Diário Oficial dos

municípios contratantes e no sítio eletrônico <https://www.cimmvi.org/>, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

22.18 O pregoeiro e a equipe de apoio que atuarão neste pregão eletrônico foram designados nos autos do processo administrativo a ele pertinente e indicados no sistema.

22.19 Em caso de divergência, omissão ou contradição entre as disposições contidas neste Edital e aquelas constantes nos seus anexos, inclusive no Estudo de Viabilidade Técnica, Jurídica e Ambiental (EVTJA), no Termo de Referência ou em quaisquer outros documentos complementares, prevalecerão as regras estabelecidas neste Edital. Os anexos e estudos complementares devem ser interpretados em conformidade com as cláusulas aqui dispostas, servindo de subsídio para o entendimento do objeto, mas não podendo contrariar ou modificar as condições fixadas neste instrumento convocatório.

22.20 As dúvidas interpretativas e eventuais omissões serão realizadas com plena observância ao disposto nas normas previstas na Lei Federal 14.133/21 e demais normas cabíveis.

22.21 Fica desde logo eleito o Foro da Comarca do domicílio de Divinópolis - MG para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do presente certame ou de ajuste dele decorrente.

Divinópolis , 30 de abril de 2025

Presidente

Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios do Vale do Itapecerica -

CIMMVI

ANEXO I – MINUTA DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO Nº XXX XXX

PROCESSO: 002/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2025

OBJETO: Contratação de serviços sob demanda para avaliação de imóveis e levantamentos topográficos planialtimétricos georreferenciados, com disponibilização, na modalidade SaaS, de software próprio para apoio à gestão patrimonial imobiliária, e cartorial, bem como a estruturação do inventário técnico dos bens imóveis pertencentes ao [Município de XXXX]. A contratação inclui a cessão de uso da plataforma digital para múltiplos usuários da Administração, suporte técnico contínuo para sua instalação e operacionalização, treinamento, customização e atualizações da versão mais recente do software, conforme as especificações deste.

CONTRATANTE: [NOME DA ENTIDADE PÚBLICA
CONTRATANTE]

CONTRATADA: XXX XXX XXX

VALOR DO CONTRATO: XXX XXX XXX

DOTAÇÃO A SER ONERADA: XXX XXX XXX

Termo de Contrato que entre si celebram o [Município de XXXX], por meio da Secretaria Municipal de XXXX e a empresa [NOME DA EMPRESA].

[Município de XXXX], por intermédio do [órgão contratante], neste ato representada por [Nome completo do gestor], adiante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa [NOME DA EMPRESA], com sede na XXX XXX XXX XXX, nº XXX, Bairro: XXX XXX Cidade: XXX XXX, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob nº XXX XXX, neste ato representada por seu representante legal XXX XXX, inscrito no CPF sob o nº XXX XXX e portador da Carteira de Identidade nº XXX XXX, expedida pela XXX XXX, adiante simplesmente designada **CONTRATADA**, nos termos da autorização contida no despacho de fls XXX, do processo citado na epígrafe, têm entre si, justo e acordado o presente contrato, na conformidade das condições e cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO DO CONTRATO

- 1.1.O presente contrato tem por objeto a contratação de serviços sob demanda para avaliação de imóveis e levantamentos topográficos planialtimétricos georreferenciados, com disponibilização, na modalidade SaaS, de software próprio para apoio à gestão patrimonial imobiliária, e cartorial, bem como a estruturação do inventário técnico dos bens imóveis pertencentes ao [Município de XXXX]. Inclui suporte técnico para a instalação, operacionalização da licença pelo período de vigência até o máximo de 10 (dez) anos e atualização para a versão mais recente do software durante o período de vigência do contrato, para atender às necessidades do [Município de XXXX].
- 1.2.Deverão ser observadas as especificações e condições de prestação de serviços constantes do Termo de Referência e seus anexos, parte integrante deste edital, independente de sua transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA

DOS LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 2.1.A prestação dos serviços será executada na [Endereço completo da entidade contratante].
- 2.2.A prestação de serviços poderá ocorrer em local designado na Ordem de Serviços.

- 2.3.É lícito que o contratado informe de maneira técnica ao contratante quais serviços e em quais locais a prestação deve ser priorizada pela casuística.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PRAZO CONTRATUAL

- 3.1.O prazo de execução do contrato terá duração de 60 (sessenta) meses, prorrogáveis até 120 (cento e vinte) meses, nos termos da Lei 14.133/2021, art. 107, que será contado a partir da data fixada na Ordem de Início.
- 3.2.O presente instrumento poderá ser prorrogado, desde que haja concordância das partes e seja observado o disposto no art. 107 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA

DO PREÇO, DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E REAJUSTE

- 4.1.O valor total da presente contratação para o período de 60 (sessenta) meses é de R\$ **XXXX** (**VALOR POR EXTENSO**).
- 4.2.Todos os custos e despesas necessários à correta execução do ajuste estão inclusos no preço, inclusive os referentes às despesas trabalhistas, previdenciárias, impostos, taxas, emolumentos, em conformidade com o estatuído no Edital e seus Anexos, constituindo a única remuneração devida pela CONTRATANTE à CONTRATADA.
- 4.3.Para fazer as despesas do Contrato, foi emitida a nota de empenho nº **XXXX**, no valor de R\$ **XXXX** (**VALOR POR EXTENSO**), onerando a dotação orçamentária nº **XXXXXXXXXX** do orçamento vigente, respeitado o princípio da anualidade orçamentária, devendo as despesas do exercício subsequente onerar as dotações do orçamento próprio.
- 4.4.Os preços contratuais serão reajustados, observada a **periodicidade anual** que terá como termo inicial a data do orçamento estimado, desde que não ultrapasse o valor praticado no mercado.
- 4.4.1. O índice de reajuste será o Índice de Preços do Consumidor Amplo – IPCA (IBGE), ou outro que vier a substituí-lo por força de determinação

governamental, devendo a aplicação dar-se de acordo com a variação acumulada nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores.

4.4.1.1. Eventuais diferenças entre o índice geral de inflação efetivo e aquele acordado na cláusula 4.4.1 não geram, por si só, direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

4.4.2. Fica vedado qualquer novo reajuste pelo prazo de 1 (um) ano.

4.5. Será aplicada compensação financeira, nos moldes da Instrução Normativa SLTI/MP nº 02/2008, quando houver atraso no pagamento dos valores devidos, por culpa exclusiva da Contratante, observada a necessidade de se apurar a responsabilidade do servidor que deu causa ao atraso no pagamento, nos termos legais.

4.6. As hipóteses excepcionais ou de revisão de preços serão tratadas de acordo com a legislação vigente e exigirão detida análise econômica para avaliação de eventual desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

4.7. Fica ressalvada a possibilidade de alteração da metodologia de reajuste, atualização ou compensação financeira desde que sobrevenham normas federais e/ou municipais que as autorizem.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 As obrigações da contratada são aquelas elencadas no Termo de Referência, item 12, parte integrante deste contrato, cujos termos não são replicados por medida de economicidade.

CLÁUSULA SEXTA

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. As obrigações da contratante são aquelas elencadas no Termo de Referência, item 11, parte integrante deste contrato, cujos termos não são replicados por medida de economicidade.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO PAGAMENTO

7.1.O prazo de pagamento será de 30 (trinta) dias, a contar da data da entrega de cada nota fiscal ou nota fiscal fatura.

7.1.1. A manutenção da condição inicial de habilitação no contrato não é condição para vedar o pagamento ao contratado, sob pena de enriquecimento ilícito por parte da contratante, podendo, todavia, ensejar multa contratual.

7.1.2. Caso venha ocorrer a necessidade de providências complementares por parte da contratada, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

7.1.3. Caso venha a ocorrer atraso no pagamento dos valores devidos, por culpa exclusiva da Administração, a Contratada terá direito à aplicação de compensação financeira nos moldes da Instrução Normativa SLTI/MP nº 02/2008.

7.2.Os pagamentos serão efetuados em conformidade com a execução dos serviços, mediante apresentação da(s) respectiva(s) nota(s) fiscal(is)/ fatura(s).

7.3.Na hipótese de existir nota de retificação e/ou nota suplementar de empenho, cópia(s) da(s) mesma(s) deverá(ão) acompanhar os demais documentos.

7.4.Por ocasião de cada pagamento, serão feitas as retenções eventualmente devidas em função da legislação tributária, razão em que deverão ser apontadas e justificadas com base em seu fato gerador e no permissivo legal para tal retenção.

7.5.As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá após a data de sua apresentação válida.

7.6.Os pagamentos efetuados à CONTRATADA não a isentará de suas obrigações e responsabilidades vinculadas à execução do contrato, especialmente aquelas relacionadas com a qualidade.

CLÁUSULA OITAVA

DO CONTRATO E DA EXTINÇÃO

- 8.1.O presente contrato é regido pelas disposições da Lei Federal nº 14.133/21, e das demais normas complementares aplicáveis.
- 8.2.O ajuste poderá ser alterado nas hipóteses previstas no artigo 137 da Lei Federal 14.133/21.
- 8.3.Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.4.Em havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico financeiro inicial.
- 8.5.O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 8.6.Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 8.7.O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do art. 125 da Lei Federal 14.133/21.
- 8.8.As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato, nos termos do art. 125 da Lei Federal 14.133/21.

CLÁUSULA NONA

DA EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

- 9.1.A execução dos serviços será feita conforme o Termo de Referência e demais anexos do Edital da licitação que precedeu este ajuste, e dele faz parte integrante para todos os fins.

9.2.A execução dos serviços objeto deste contrato deverá ser atestada pelo responsável pela fiscalização, pela CONTRATANTE, atestado esse que deverá acompanhar os documentos para fins de pagamento conforme Cláusula Sétima.

9.2.1. A fiscalização será exercida por servidores que não participaram da fase de planejamento em respeito ao princípio da segregação de funções, devendo ser nomeados um gestor e um fiscal do contrato para o acompanhamento das obrigações contratuais.

9.2.2. A fiscalização será exercida por servidor do município contratante, sendo facultada a contratação do modelador (Parque Tecnológico de Cidades Inteligentes) para fiscalização independente do contrato, nos termos do Art. 117 da Lei 14.133/2021.

9.3.O objeto contratual será recebido consoante as disposições do artigo 140, da Lei Federal nº 14.133/21 e demais normas pertinentes.

9.4.O objeto contratual será recebido mensalmente mediante relatório de medição de funcionalidade do software no mês, emitido pela Contratada, sendo tal relatório submetido à fiscalização da Contratante, que, após conferência, atestará se os serviços foram prestados a contento, atestado esse que deverá ser acompanhado de fatura ou nota-fiscal/fatura, bem como da cópia reprográfica da nota de empenho, para fins de pagamento.

9.5.Havendo inexecução de serviços, o valor respectivo será descontado da importância mensal devida à Contratada, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observados os trâmites legais e os princípios do contraditório e ampla defesa.

9.5.1. O recebimento e aceite do objeto pela CONTRATANTE não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA por vícios de quantidade ou qualidade dos serviços, materiais ou disparidades com as especificações estabelecidas no Anexo I, verificadas posteriormente.

CLÁUSULA DÉCIMA

DAS PENALIDADES

10.1. Com fundamento no artigo 156, incisos I a IV, da Lei nº 14.133/21, a contratada poderá ser apenada, isoladamente, ou juntamente com as multas definidas no item 10.2, com as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) impedimento de licitar e contratar; ou
- c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

10.1.1. Na aplicação das sanções serão considerados a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela provierem para a Administração Pública e a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.1.2. A falha na execução do contrato, para fins de aplicação do quanto previsto no item 10.1, estará configurada quando a CONTRATADA se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na Tabela 3 abaixo, respeitada a graduação de infrações conforme a Tabela 1 deste item, e alcançar o total de 100 (cem) pontos, cumulativamente.

Tabela 1

GRAU DA INFRAÇÃO	PONTOS DA INFRAÇÃO
1	2
2	3
3	4
4	5
5	8
6	10

10.1.2.1. Os pontos serão computados a partir da aplicação da penalidade, com prazo de depuração de 3 (meses) meses.

10.1.2.2. Sendo a infração objeto de recurso administrativo, os pontos correspondentes ficarão suspensos até o seu julgamento e, sendo mantida a penalidade, serão computados, observado o prazo de 3 (três) meses, a contar da data da aplicação da penalidade.

10.2. A CONTRATADA estará sujeita às seguintes penalidades pecuniárias:

10.2.1. Multa 1% (um por cento) sobre o valor do Contrato por dia de atraso no início da prestação de serviços, até o máximo de 10 (dez) dias.

10.2.1.1. No caso de atraso por período superior a 10 (dez) dias, poderá ser promovida, a critério exclusivo da contratante, a rescisão contratual, por culpa da contratada, aplicando-se a pena de multa de até 20% (vinte por cento) do valor total do Contrato, além da possibilidade de aplicação da pena de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

10.2.2. Multa por inexecução parcial do contrato: até 20% (vinte por cento), sobre o valor mensal da parcela não executada, além da possibilidade de aplicação da pena de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

10.2.3. Multa por inexecução total do contrato: Até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, além da possibilidade de aplicação da pena de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

10.2.4. Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Administração aplicará multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

Tabela 2

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% do valor mensal do contrato
2	0,4% do valor mensal do contrato
3	0,8% do valor mensal do contrato
4	1,6% do valor mensal do contrato
5	3,2% do valor mensal do contrato
6	4,0% do valor mensal do contrato

Tabela 3

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
-------------	------------------	-------------	-------------------

1	Manter empregado sem qualificação para a execução dos serviços.	1	Por empregado e por dia
2	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.	6	Por dia e por tarefa designada
3	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado.	5	Por ocorrência
4	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause danos físico, lesão corporal ou consequências letais.	6	Por ocorrência

Para os itens a seguir, deixar de:

5	Manter a documentação de habilitação atualizada.	1	Por item e por ocorrência
6	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO.	2	Por ocorrência
7	Efetuar o pagamento de salários, vales-transporte, vales-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas.	6	Por mês
8	Efetuar os recolhimentos das contribuições sociais da Previdência Social ou do FGTS.	6	Por mês
9	Apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista, previdenciária e outros documentos necessários à comprovação do cumprimento dos demais encargos trabalhistas.	2	Por ocorrência e por dia
10	Creditar os salários nas contas bancárias dos empregados, em agências localizadas na cidade local da prestação dos serviços ou em outro definido pela Administração.	1	Por ocorrência e por dia

11	Entregar ou entregar com atraso ou incompleta a documentação exigida na cláusula referente às condições de pagamento.	1	Por ocorrência e por dia
12	Entregar ou entregar com atraso os esclarecimentos formais solicitados para sanar as inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação exigida por força do contrato.	2	Por ocorrência e por dia
13	Fornecer EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) aos seus empregados e de impor penalidades àqueles que se negarem a usá-los.	2	Por empregado e por ocorrência
14	Cumprir quaisquer dos itens do contrato e seus anexos não previstos nesta tabela de multas	1	Por item e por ocorrência
15	Cumprir quaisquer dos itens do contrato e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela unidade fiscalizadora.	2	Por item e por ocorrência
16	Substituir os equipamentos que apresentarem defeitos e/ou apresentarem rendimento insatisfatório em até 48 horas, contadas da comunicação da contratante.	2	Por dia
17	Providenciar a manutenção para solução de problema que acarrete suspensão de disponibilidade ou de operacionalidade na execução contratual.	4	Por ocorrência

10.2.4.1.A Contratante, por conveniência e oportunidade, poderá converter a multa pecuniária, não superior a GRAU 1, em advertência, uma única vez a cada 6 (seis) meses, a contar da data da conversão da aplicação da penalidade, mantendo-se o cômputo de pontos.

10.2.5. Se, por qualquer meio, independentemente da existência de ação judicial, chegar ao conhecimento do gestor do contrato uma situação de inadimplemento com relação às obrigações trabalhistas, tais como salários, vale-transporte, vale-refeição, seguros, entre outros, previstos em lei ou instrumento normativo da categoria e constantes na planilha de composição de custo, caberá a autoridade apurá-la e, se o caso, garantido o contraditório, aplicar à contratada multa de até 20% (vinte por cento), sobre o valor da

parcela não executada, pelo descumprimento de obrigação contratual e, persistindo a situação, o contrato será rescindido.

10.2.5.1. A aplicação da multa não ilide a aplicação das demais sanções previstas no item 10.1, independentemente da ocorrência de prejuízo decorrente da descontinuidade da prestação de serviço imposto à Administração.

10.3. O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA.

10.3.1. Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual, quando exigida.

10.3.2. Se os valores das faturas e da garantia forem insuficientes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da comunicação oficial.

10.3.3. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

10.3.4. Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da solicitação da CONTRATANTE.

10.4. Caso haja rescisão, a mesma atrai os efeitos previstos no artigo 139, incisos I e IV, da Lei Federal nº 14.133/21.

10.5. Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos dos artigos 166 e 167 da Lei Federal nº 14.133/21, observados os prazos nele fixados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DA GARANTIA

11.1. Para execução deste contrato, apresentou-se documento comprobatório de pagamento de ressarcimento à empresa autorizada a modelar o processo licitatório que originou o presente contrato, no valor de R\$ **XXXXX**, correspondente ao importe de **X%** do valor total do contrato, de modo que torna-se desnecessário

realizar pagamento de garantia, nos termos do artigo 96, da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Nenhuma tolerância das partes quanto à falta de cumprimento de qualquer das cláusulas deste contrato poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.

12.2. Todas as comunicações, avisos ou pedidos, sempre por escrito, concernentes ao cumprimento do presente contrato, serão dirigidos aos seguintes endereços eletrônicos:

CONTRATANTE: [E-mail do gestor do contrato designado]

CONTRATADA: [E-mail da empresa contratada]

12.3. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e/ou estaduais/municipais que as autorizem.

12.4. Fica a CONTRATADA ciente de que a assinatura deste termo de contrato indica que tem pleno conhecimento dos elementos nele constantes, bem como de todas as condições gerais e peculiares de seu objeto, não podendo invocar qualquer desconhecimento quanto aos mesmos, como elemento impeditivo do perfeito cumprimento de seu objeto.

12.5. A Administração reserva-se o direito de executar através de outras contratadas, nos mesmos locais, serviços distintos dos abrangidos na presente contratação.

12.6. A Contratada deverá comunicar à Contratante toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, sendo sua obrigação manter, durante a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

12.7. No ato da assinatura deste instrumento foram apresentados todos os documentos exigidos pelo edital.

- 12.8. O presente ajuste, o recebimento de seu objeto, suas alterações e rescisão obedecerão à Lei Federal nº 14.133/21, à Lei Federal nº 8.078/90, à Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), normas e princípios gerais dos contratos e demais normas pertinentes, aplicáveis à execução dos serviços e especialmente aos casos omissos.
- 12.9. Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.
- 12.10. A presente contratação visa a locação de software (SaaS), sendo assim, o sistema como também seus manuais, documentação técnica e quaisquer informações, bem como seus respectivos nomes, marcas e demais sinais distintivos, são de propriedade do Contratado, sendo permitido ao Contratante sua utilização, nos limites e para os fins previstos neste instrumento, não havendo alteração em relação aos direitos sobre tecnologias, programas e outros relacionados, que permanecerão como propriedade do primeiro.
- 12.11. Quaisquer implementações feitas no(s) Sistema(s), a qualquer tempo, pela Contratada, a pedido da Contratante, serão de propriedade exclusiva da primeira, podendo ser incorporadas ao(s) Sistema(s), a critério da Contratante, e/ou utilizadas como melhor lhe convier, não cabendo ao [Município de XXXX] reivindicar direitos pecuniários, de uso, comercialização ou autorais.
- 12.12. Fica vedado ao Contratante, assim como a quaisquer terceiros a quem eventualmente venha a dar acesso ao(s) Sistema(s), sob qualquer forma e mediante qualquer justificativa, salvo com prévia e expressa anuência da CONTRATADA:
- 12.12.1 Copiar, sublicenciar, ceder, vender, dar em locação ou em garantia, alienar de qualquer forma, ou transferir, total ou parcialmente, sob quaisquer

modalidades, gratuita ou onerosamente, provisória ou permanentemente, o(s) Sistema(s), assim como seus módulos e/ou quaisquer componentes/partes;

12.12.2 Adulterar, modificar as características do(s) Sistema(s), ampliá-los ou alterá-los de qualquer forma;

12.12.3 Excluir ou alterar, total ou parcialmente, os avisos de reserva de direito existentes no(s) Sistema(s) e na sua documentação, ficando estabelecido que qualquer alteração, a qualquer tempo, somente poderá ser operada pela CONTRATANTE ou pessoa expressa e previamente autorizada por esta.

12.13 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DO FORO

13.1. Fica eleito o foro desta Comarca para todo e qualquer procedimento judicial oriundo deste Contrato, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja ou venha a ser.

E para firmeza e validade de tudo quanto ficou estabelecido, lavrou-se o presente termo de contrato, em 03 (três) vias de igual teor, o qual depois de lido e achado conforme, vai assinado e rubricado pelas partes contratantes e duas testemunhas presentes ao ato.

[Município], [dia] de [mês] de [ano].

[Estado/Município de XXXXX]

CONTRATANTE

[RAZÃO SOCIAL]

CONTRATADA

TESTEMUNHA 1

Nome:

CPF:

TESTEMUNHA 2

Nome:

CPF:

ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO III – PROPOSTA DE PREÇOS

Referente ao Processo Administrativo 02/2025

Pregão Eletrônico 01/2025

Objeto: Registro de preços sob demanda para avaliação de imóveis e levantamentos topográficos planialtimétricos georreferenciados, com disponibilização, na modalidade SaaS, de software próprio para apoio à gestão patrimonial imobiliária, e cartorial, bem como a estruturação do inventário técnico dos bens imóveis pertencentes aos entes consorciados. Inclui suporte técnico para a instalação e operacionalização da licença pelo período máximo de 10 (dez) anos e atualização para a versão mais recente do software durante o período de vigência do contrato, para atender às necessidades dos entes consorciados, conforme especificações constantes do Termo de Referência.

Declaramos inteira submissão ao Edital e demais instrumentos convocatórios do Pregão Eletrônico nº 01/2025 do CIMMVI, e que nos preços abaixo ofertados estão inclusos todos os custos diretos e indiretos indispensáveis à perfeita execução do objeto deste pregão, abrangendo todos os custos com materiais e serviços necessários à entrega do(s) item(s) em perfeitas condições de uso, eventual correção de defeitos e/ou entrega de itens faltantes.

Declaramos, ainda, que nos preços propostos encontram-se inclusos todos os tributos, encargos sociais, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação em eventual contratação.

Declaramos a ciência de que a licitação visa a contratação no regime de lote único, devendo ser considerada a solução em sua inteireza, em razão da indivisibilidade que os itens guardam uns para com os outros visando a consecução dos objetivos da Administração Pública.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE DEMANDADA	MÉTRICA	VALOR UNITÁRIO (R\$)
------	-----------	-------------------------	---------	----------------------------

1	Locação de software de gestão de imóveis, visando a gestão dos imóveis. Inclui suporte técnico para a instalação e operacionalização da licença pelo período de 10 (dez) anos e atualização para a versão mais recente do software durante o período de vigência do contrato, de acordo com as faixas a seguir:	X	X	X
1.1	Locação do sistema – Faixa de população: 1 a 5.000 habitantes	60	Mês	
1.2	Locação do sistema – Faixa de população: 5.001 a 10.000 habitantes	60	Mês	
1.3	Locação do sistema – Faixa de população: 10.001 a 20.000 habitantes	180	Mês	
1.4	Locação do sistema – Faixa de população: 20.001 a 40.000 habitantes	0	Mês	
1.5	Locação do sistema – Faixa de população: 40.001 a 60.000 habitantes	60	Mês	
1.6	Locação do sistema – Faixa de população: 60.001 a 80.000 habitantes	0	Mês	
1.7	Locação do sistema – Faixa de população: 80.001 a 120.000 habitantes	0	Mês	
1.8	Locação do sistema – Faixa de população: 120.001 a 200.000 habitantes	0	Mês	
1.9	Locação do sistema – Faixa de população: 200.001 a 300.000 habitantes	60	Mês	
1.10	Locação do sistema – Faixa de população: 300.001 a 400.000 habitantes	0	Mês	
1.11	Locação do sistema – Faixa de população: 400.001 a 500.000 habitantes	0	Mês	
1.12	Locação do sistema – Faixa de população: 500.001 a 700.000 habitantes	0	Mês	
1.13	Locação do sistema – Faixa de população: 700.001 a 1.500,000 habitantes	0	Mês	
1.14	Locação do sistema – Faixa de população: 1.500.001 a 3.000.000 habitantes	0	Mês	
1.15	Locação do sistema – Faixa de população: Acima de 3.000.001 habitantes	0	Mês	
2	Treinamento.	520	Horas	

3	Customização.	6240	Horas	
4	SERP – Suporte especializado recorrente presencial.	2040	Horas	
5	Laudo de avaliação de imóveis urbanos, de acordo com as faixas a seguir:	X	X	X
5.1	Laudo de avaliação de imóveis urbanos – até 1.000m².	4523	Unidade	
5.2	Laudo de avaliação de imóveis urbanos – de 1.001m² até 3.000m².	479	Unidade	
5.3	Laudo de avaliação de imóveis urbanos – de 3.001m² até 10.000m².	364	Unidade	
5.4	Laudo de avaliação de imóveis urbanos – acima de 10.000m².	294	Unidade	
5.5	Laudo de avaliação de imóveis rurais – até 10.000m².	282	Unidade	
5.6	Laudo de avaliação de imóveis rurais – de 10.001m² até 30.000m².	6	Unidade	
5.7	Laudo de avaliação de imóveis rurais – de 30.001m² até 70.000m².	3	Unidade	
5.8	Laudo de avaliação de imóveis rurais – acima de 70.000m².	5	Unidade	
6	Levantamento Topográfico Planimétrico de imóveis urbanos de acordo com suas dimensões, será de acordo com as faixas a seguir:	X	X	X
6.1	Levantamento Topográfico Planialtimétrico de imóveis urbanos com dimensão de 0 – 600 metros quadrados.	4255	Unidade	
6.2	Levantamento Topográfico Planialtimétrico de imóveis urbanos com dimensão de 601 – 1000 metros quadrados.	269	Unidade	
6.3	Levantamento Topográfico Planialtimétrico de imóveis urbanos com dimensão de 1001 – 2000 metros quadrados	330	Unidade	
6.4	Levantamento Topográfico Planialtimétrico de imóveis urbanos com dimensão de 2001 – 5000 metros quadrados.	343	Unidade	
6.5	Levantamento Topográfico Planialtimétrico de imóveis urbanos com dimensão de 5001 – 10.000 metros quadrados.	167	Unidade	
6.6	Levantamento Topográfico Planialtimétrico de imóveis urbanos acima de 10.000 metros quadrados.	293	Unidade	
6.7	Levantamento Topográfico Planialtimétrico de imóveis rurais com dimensão de 0 – 5 hectares.	290	Unidade	
6.8	Levantamento Topográfico Planialtimétrico de imóveis rurais com dimensão de 5,1 – 10 hectares.	2	Unidade	
6.9	Levantamento Topográfico Planialtimétrico de imóveis rurais com dimensão de 10,1 – 20 hectares.	1	Unidade	

6.10	Levantamento Topográfico Planialtimétrico de imóveis rurais com dimensão de 20,1 – 30 hectares.	1	Unidade	
6.11	Levantamento Topográfico Planialtimétrico de imóveis rurais com dimensão de 30,1 – 50 hectares.	1	Unidade	
6.12	Levantamento Topográfico Planialtimétrico de imóveis rurais com dimensão acima de 50 hectares.	1	Unidade	
7	Coleta de assinatura.	298	Unidade	
8	Implantação de marcos geográficos.	2982	Unidade	
9	Levantamento patrimonial cartório.	5959	Unidade	
10	Análise e diagnóstico jurídico da atual situação de cada imóvel.	2982	Unidade	
11	Desmembramento de área.	298	Unidade	
12	Remembramento/Unificação de área.	298	Unidade	
13	Retificação de área.	298	Unidade	
14	Criação do CAFIR ou Descaracterização.	297	Unidade	
15	Criação do CCIR.	297	Unidade	
16	Criação do CAR.	297	Unidade	

Valor Total do Lote Único: XXXXXX (ESCREVER POR EXTENSO)

Validade da Proposta Comercial: 90 (noventa) dias corridos.

Conta Jurídica

Banco:.....

Agência:.....

Conta-Corrente:

[NOME DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA]

[CARGO]

ANEXO IV - DAS DECLARAÇÕES

1. Declara, sob as penas da lei, que os preços cotados incluem todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento integral das obrigações decorrentes desta licitação.
2. Declara que, por ser de seu conhecimento, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do Edital e Anexos, relativos à licitação supra, bem como às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, com a redação que lhe atribuiu a Lei Complementar 147/2014 e demais normas complementares que disciplinam o certame e que integrarão o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente.
3. Declara, sob as penas da lei, que tem condições de executar a quantidade estabelecida no prazo assinalado, independentemente dos demais compromissos de fornecimento porventura existentes, bem como que disponibilizará o software contratado com as especificações técnicas, respeitando as condições de embalagens, prazos de validade, requisitos específicos, enfim todas as especificações.
4. Para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz
5. Que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

6. Que não se encontra declarada inidônea, nem suspensa ou impedida de licitar e contratar com a Administração Pública.
7. Que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na CF/88, leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.
8. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.
9. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos II e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da CF/88.
10. Que, em se tratando de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento estabelecido em seus arts. 42 a 49.
11. Declara a ciência do dever de realizar pagamento dos ressarcimentos devidos à empresa autorizada a desenvolver os ESTUDOS que subsidiaram a presente contratação, como forma de condição à assinatura do contrato, e que possui capacidade financeira para arcar com esse compromisso.
12. Que em se tratando de empresas reunidas em consórcio, comprometer-se-á a estabelecer consórcio, conforme exigências do Art. 15 da Lei 14.133/21.

(xxxxx), xxx de xxxx de 2025.

Representante Legal/Procurador

[nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador]

ANEXO V -
MODELO REFERENCIAL DE DECLARAÇÃO DE NÃO CADASTRAMENTO
E INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS PARA COM A FAZENDA DO MUNICÍPIO
DE SEDE DA EMPRESA

A empresa _____ inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu representante legal, Sr. _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____ DECLARA, sob as penas da Lei, que não está inscrita no Cadastro de Contribuintes Mobiliários do **MUNICÍPIO DE XXXXX**, bem assim que não possui débitos para com a Fazenda deste **Município**.

[local do estabelecimento], [dia] de [mês] de [ano].

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)

ANEXO VI - CRITÉRIOS DE ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA
(BALANÇO PATRIMONIAL)

A situação econômica e financeira da licitante será aferida mediante a apresentação do balanço patrimonial do exercício anterior ao da realização do certame licitatório e dos índices de: Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG).

$$\text{Índice de Liquidez Geral (LG):} \quad \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Realizável à Longo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \geq 1$$

$$\text{Índice de Liquidez Corrente (LC):} \quad \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \geq 1$$

$$\text{Índice de Solvência Geral (ISG):} \quad \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \geq 1$$

ANEXO VII - TERMO DE COMPROMISSO DE CONSTITUIÇÃO DE CONSÓRCIO

I – DAS PARTES

a) <inserir nome consorciado>, pessoa jurídica de direito privado, com endereço <inserir endereço completo, inclusive CEP>, inscrita sob p CNPJ nº <inserir número do CNPJ>, neste ato representada, na forma legal, por seu(s) <inserir identificação se é sócio ou procurador>, <inserir nome completo>, <naturalidade>, <estado civil>, inscrito sob o CPF/MF nº <número CPF>, domiciliado <domicílio>, neste ato e para todos os efeitos oriundos deste compromisso referida como Líder;

b) <inserir nome consorciado>, pessoa jurídica de direito privado, com endereço <inserir endereço completo, inclusive CEP>, inscrita sob p CNPJ nº <inserir número do CNPJ>, neste ato representada, na forma legal, por seu(s) <inserir identificação se é sócio ou procurador>, <inserir nome completo>, <naturalidade>, <estado civil>, inscrito sob o CPF/MF nº <número CPF>, domiciliado <domicílio>, neste ato e para todos os efeitos oriundos deste compromisso referida como Parte;

c) <inserir nome de outros consorciados-parte>;

Considerando:

As disposições da Lei 14.133/2021, em especial, ao artigo 15;

A publicação, pelo Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios Vale do Itapecerica – CIMMVI, do edital cujo objeto é o registro de preços sob demanda para avaliação de imóveis e levantamentos topográficos planialtimétricos georreferenciados, com disponibilização, na modalidade SaaS, de software próprio para apoio à gestão patrimonial imobiliária, visando e cartorial, bem como a estruturação do inventário técnico dos bens imóveis pertencentes ao [Estado/Município de XXXX]. Inclui suporte técnico para a instalação e operacionalização da licença pelo período máximo de 10

(dez) anos e atualização para a versão mais recente do software durante o período de vigência do contrato;

Que o referido Edital permite a participação de empresas em consórcio para a apresentação conjunta de proposta;

As Empresas Compromitentes desejam participar da referida Licitação em consórcio, com o objetivo de, caso saírem-se vencedoras, executar o Empreendimento em conjunto;

Que as empresas acima qualificadas quando em conjunto serão denominadas como “PARTE” ou “PARTES”, conforme o exigido para cada contexto;

tem entre si pactuado, de pleno e comum acordo, o presente TERMO DE COMPROMISSO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DE CONSÓRCIO, que ajustam segundo as cláusulas e condições adiante dispostas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. Pelo presente instrumento particular de TERMO DE COMPROMISSO DE CONSTITUIÇÃO DE CONSÓRCIO, as PARTES comprometem-se a se consorciar para participar da licitação instrumentalizada pelo Edital do Pregão nº 001/2025, promovido pelo Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios do Vale do Itapeceira - CIMMVI, em todas as suas etapas, apresentando proposta, e, caso seja esta adjudicada, a assinar o respectivo CONTRATO, para o que firmarão CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE CONSÓRCIO, observados os termos dispostos na Lei Federal nº 6.404/76 e regras do referido Edital, comprometendo-se a dar cabal cumprimento a todas as obrigações assumidas por força deste instrumento, que celebram em caráter irrevogável e irretratável.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA LIDERANÇA DO CONSÓRCIO

2.1. A empresa [inserir nome da empresa Líder] fica designada como empresa líder do CONSÓRCIO, com poderes para representar as demais consorciadas junto ao CIMMVI

em todos os atos, comunicações e avisos, que cumpram ao CONSÓRCIO, relacionados com a licitação referida ou com o contrato dela decorrente.

2.2 O CONSÓRCIO, para os fins da licitação, adotará como endereço o da LÍDER, situado na Rua/Av. _____, nº _____, Estado _____, CEP _____.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXCLUSIVIDADE

3.1. As PARTES que compõem o CONSÓRCIO obrigam-se, por este instrumento, a não integrar outro consórcio, nem tampouco participar isoladamente, da licitação instrumentalizada pelo Edital de Pregão Eletrônico nº 001/2025, publicado pelo Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios do Vale do Itapecerica - CIMMVI.

CLÁUSULA QUARTA – DA RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA

4.1. As empresas que formam o CONSÓRCIO responderão solidariamente, perante o Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios do Vale do Itapecerica - CIMMVI, por todos os atos praticados pelas PARTES, seja durante as fases da licitação ou durante a execução do contrato que dela eventualmente decorra.

CLÁUSULA QUINTA – DA INALTERABILIDADE DO AJUSTE

5.1. Declaram as PARTES que não alterarão a constituição ou composição do consórcio sem prévia e expressa anuência do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios do Vale do Itapecerica - CIMMVI, obrigando-se, ainda que admitida a alteração da composição pelo CIMMVI, a manter sempre presentes as condições que assegurem a habilitação do CONSÓRCIO, até a conclusão de eventual contrato firmado em decorrência da licitação, exceto na hipótese de as PARTES virem a se fundir numa só, que as suceda para todos os fins e efeitos legais.

CLÁUSULA SEXTA – DA FORMAÇÃO DO CONSÓRCIO

6.1. Para a proposta apresentada pelo CONSÓRCIO, ajustam as PARTES que a execução dos serviços será distribuída nos termos a seguir apresentados:

< inserir a forma de composição do consórcio, indicando o percentual de participação de cada empresa consorciada na execução do objeto licitado.>

<inserir em caso de o CONSÓRCIO optar por pagamento direto a cada empresa consorciada>:

6.2. As PARTES manifestam expressamente que a realização dos pagamentos devidos, em eventual contrato a ser firmado em decorrência da licitação, deverá respeitar a proporcionalidade estabelecida neste COMPROMISSO, conforme subitem acima.

6.3 A denominação do Consórcio será **XXXXXX**.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO INSTRUMENTO DEFINITIVO

7.1. Caso a proposta apresentada pelo CONSÓRCIO venha a ser adjudicada, obrigam-se as PARTES a promover, antes da assinatura do contrato, a constituição e o registro do consórcio, cuja duração será, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias além da data de encerramento do contrato firmado em decorrência do Edital **XXXXXX**, observadas as cláusulas do Edital acima referido e todos os termos deste COMPROMISSO.

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

8.1. Este Compromisso de Constituição de Consórcio é firmado por prazo indeterminado, vigendo a partir da data de sua assinatura e ficando, automaticamente, rescindido caso ocorra qualquer dos seguintes fatos:

- a) ser proferida decisão, de que não caiba recurso administrativo ou judicial, de inabilitação do consórcio;
- b) ser proferida decisão, de que não caiba recurso administrativo ou judicial, de desclassificação do consórcio;
- c) após esgotados todos os recursos, administrativos e judiciais, na hipótese de adjudicação de proposta ofertada por outro concorrente ou no caso de anulação/revogação da licitação;
- d) após celebrado e registrado o instrumento de constituição de consórcio a que se refere a Cláusula Sétima, que substituirá este para os fins de direito.

CLÁUSULA NONA – DO ENDEREÇO

9.1.1 O CONSÓRCIO, para os fins da licitação e de eventual contrato dela decorrente o seguinte endereço: [inserir endereço]

CLÁUSULA DÉCIMA –

10.1 Fica ajustado que cada uma das PARTES será responsável por seus próprios custos e despesas relativos ao desenvolvimento das atividades de sua atribuição e responsabilidade em decorrência deste Termo, independentemente do resultado da LICITAÇÃO, sendo que os custos e despesas comuns, assim considerados mediante acordo comum entre as PARTES, serão rateados entre as mesmas na proporção de sua participação.

10.2 Fica vedado às PARTES ceder ou transferir a terceiros, no todo ou em parte, quaisquer direitos e obrigações decorrentes do presente Termo, sem a prévia e expressa aprovação das demais PARTES e do CIMMVI, quando for o caso, observados os termos do Edital e da legislação aplicável.

10.3 É de responsabilidade solidária dos integrantes do consórcio realizar o pagamento do ressarcimento devido ao Parque Tecnológico de Cidades Inteligentes, associação autorizada no âmbito do PMI 001/2024, nos termos do Edital.

DO FORO

Elegem, as PARTES, para dirimir quaisquer litígios decorrentes deste instrumento, o Foro da comarca de Divinópolis/MG, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem, assim, justas e contratadas as partes firmam este instrumento em xx [inserir número de vias, sendo no mínimo 2 vias, uma para entrega no âmbito da licitação] (número por extenso) vias de igual teor e para um só efeito, juntamente com duas testemunhas a tudo presentes.

[Local e Data]

Representantes

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA LIDER

REPRESENTANTE LEGAL DA PARTE 1

REPRESENTANTE LEGAL DA PARTE 2

REPRESENTANTE LEGAL DA PARTE 3

REPRESENTANTE LEGAL DA PARTE 4

Testemunhas:

[NOME COMPLETO]

[CPF]

[NOME COMPLETO]

[CPF]